

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO

Edilani Ribeiro de Oliveira
Mariana Rabelo Rocha
Rocilange Salles Cabral

RESUMO

Um dos grandes problemas da educação no Brasil diz respeito a elaboração de material didático para contextos específicos e, quando se volta o olhar para o contexto indígena, essa problemática se multiplica. Apesar dos esforços, a Base Educacional em comunidades indígenas ainda não atende aos interesses destas comunidades e o modelo tradicional de ensino brasileiro pouco ajuda os indígenas na construção do conhecimento de si e do mundo. O governo tem implementado Políticas Públicas, que buscam mudar essa realidade na educação brasileira. No Amazonas, a Universidade Federal do Amazonas implementou o Programa Saberes Indígenas na Escola e tem buscado transformar o contexto de formação de professores indígenas do Estado. Este trabalho tem por objetivo geral analisar a produção de materiais didáticos no Programa Saberes Indígenas na Escola. Para isso, faz-se uma breve revisão teórica sobre a formação de professores e propostas metodológicas para a produção de materiais didáticos, embasado em: Brasil (2002; 2012; 2013), Bandeira (2009), Luciano (2013) e outros; levantamento de materiais didáticos produzidos no Programa Saberes Indígenas; bem como, uma análise desse material à luz dos documentos que regem a Educação Indígena. Os resultados mostram que os materiais confeccionados não possuem estrutura e elementos didáticos para serem trabalhados em sala aula. O que implica numa reformulação dos objetivos e metodologias do Programa e na Formação dos Professores Indígenas.

Palavras-chave: Material Didático. Formação de Professores Indígenas. Educação Escolar Indígena.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o direito a educação é garantido por Lei e prevê o tratamento igual para os cidadãos, independente de cor, credo, gênero ou etnia. A Carta Magna Brasileira, os Estatutos, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros Documentos Oficiais, regem tal direito, na prática, esses direitos não são plenamente garantidos a todos os cidadãos brasileiros. A luta dos índios pelo direito a educação significativa e contextualizada reflete essa negação de igualdade de direitos no território brasileiro. Como resultado do movimento de ações a favor de seus direitos, os índios ganham espaço e autonomia no campo político e educacional brasileiro. Uma das conquistas desses movimentos foi a garantia de alfabetização, de crianças e adolescentes em aldeias e comunidades indígenas, na própria língua (LM – Língua Materna).

Para isso, o Governo Federal em parceria com Estados e Municípios fomentam projetos e programas educacionais por todo país, como exemplo, o Programa de Ação Saberes Indígenas na Escola, que é um programa nacional, promovido por Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais de Educação, este programa desenvolve o trabalho de formação continuada de professores indígenas, incentiva a criação e confecção de material didático específico, contextualizado e diferenciado, também, busca promover uma educação significativa e participativa.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a produção de materiais didáticos no Programa Saberes Indígenas na Escola, para isso, é feita uma breve revisão teórica sobre a formação de professores e propostas metodológicas para a produção de materiais didáticos; levantamento de materiais didáticos produzidos no Programa Saberes Indígenas; bem como, uma análise desse material à luz dos documentos que regem a Educação Indígena e algumas considerações.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta uma sucinta discussão dos aspectos educacionais que são oferecidos para professores indígenas de diversas etnias com o Programa de Ação Saberes Indígenas na Escola e a Formação de Professores na construção de material didático específico.

1.1 Educação Escolar Indígena: Ação Saberes Indígenas na Escola

Superado um histórico de colonização, a população indigenista luta para se firmar no mundo das Ciências, torna-se protagonista de literaturas e ações de luta em busca de seus direitos, com organização nos movimentos indígenas e a inserção cada vez maior de índios em universidades, além das lutas pelo resgate de línguas e culturas, além disso, foram criadas Políticas Públicas de direitos ao ensino-aprendizagem diferenciado em escolas e comunidades indígenas, que promovem um ensino específico e diferenciado e, ainda atende as demandas da sociedade de cada povo. Morello postula,

No Brasil, um dos oito países mais plurilíngues do mundo atual, esta articulação tanto é desejada como necessária. Após atravessarmos um longo período de interdição de línguas em prol da construção de um Estado Nacional que reconheceu somente a Língua Portuguesa como Língua Oficial, vivemos, no presente, um momento inaugural de promoção da diversidade linguística, com políticas de reconhecimento das línguas brasileiras e de fortalecimento de sua presença em variados âmbitos sociais. (MORELLO, 2011).

Um fator relevante que atualmente é posto em questão, com mais força, pelos indígenas brasileiros, é o direito a uma educação contextualizada, além de poder aprender por meio de sua própria língua e cultura. Muitas ações são desenvolvidas para o atendimento das demandas indígenas para a promoção de uma educação diferenciada (CUNHA: 2008). Uma dessas ações trata-se da Ação Saberes Indígenas na Escola, um Programa do Governo Federal em parceria com Universidades Federais e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, e tem por objetivos (BRASIL: 2013, Art.2º, Portaria nº. 98),

I - promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas; II – oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; III – oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimento dos povos indígenas; IV – fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

A Ação Saberes Indígenas é responsável, também, pela formação continuada de professores por todo o Estado do Amazonas, contribui com novas metodologias e oferece subsídios para a elaboração e planejamento de um ensino que promova a aprendizagem dos alunos desde a alfabetização.

1.2 Formação de Professores Indígenas

A formação de professores é complexa, especificamente, a formação de professores indígenas, que se apresenta com maior complexidade, quando consideradas suas especificidades. Para o professor indígena, a formação deve estar alicerçada nos valores identitários, linguísticos, culturais, étnicos entre outros. No entanto, não se pode esquecer das competências fundamentais a concretização da prática docente, em conformidade com a Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012:

Os cursos de formação devem promover o desenvolvimento de capacidades intelectuais, éticas, afetivas, procedimentais de forma que cumpram as funções sociais intrínsecas ao papel e atuação dos professores indígenas, assim como aquelas funções específicas e contextuais que lhe conferem suas comunidades. Procedendo desse modo, a diversidade cultural e a flexibilidade curricular, previstas na legislação nacional, transformam-se em prática pedagógica e política. (BRASIL: 2012, p.34).

A formação do professor indígena precisa ser pensada de forma a construir uma educação de qualidade, de forma participativa e colaborativa. O professor deve ser instigado a conhecer a realidade de sua comunidade, suas necessidades e expectativas. Dessa forma, o educador pode proporcionar aos alunos uma educação integrada, trazer novos conhecimentos a partir dos conhecimentos prévios de seus alunos, facilitar a aprendizagem e a construção de uma educação significativa e participativa. Henriques corrobora,

É necessário assegurar uma formação que dê conta dos objetivos educacionais das comunidades indígenas na sua apropriação da instituição escola, atribuindo-lhe sentidos e funções voltados para o fortalecimento de suas identidades étnicas, a recuperação de suas memórias históricas, a valorização de suas línguas e ciências, o acesso a conhecimentos e tecnologias relevantes... (HENRIQUES: 2007, p. 42).

Por ser um ambiente de formação complexa, a formação indígena deve estar embasada na interculturalidade e transdisciplinaridade, uma vez que, geralmente, o professor indígena, trabalha com turmas multisseriadas (várias séries na mesma turma) e, com várias disciplinas, por vários fatores, seja por falta de recursos humanos (professor e/ou aluno) ou estrutural, entre outros. Por tais motivos, a formação do professor indígena precisa ser pensada de forma diferenciada, consideradas suas particularidades e respeitadas as especificidades de contextos reais e sua participação nas práticas de sala de aula, ou seja, buscar, efetivamente, a construção de uma formação específica e diferenciada. Henriques defende que,

A amplitude e complexidade das questões pertinentes à formação de professores indígenas indicam a necessidade de articulação com as universidades para que seus pesquisadores participem desde a definição, planejamento, execução e avaliação da proposta pedagógica da formação docente e do acompanhamento das

práticas de sala de aula... As bases legais para a formação intercultural de professores indígenas estão na Constituição Federal, artigos 210 e 231, na LDB - Lei nº 9.394/96, no Plano Nacional de Educação e na normatização do Conselho Nacional de Educação - Parecer 14 e Resolução 03/CEB-CNE, de 1999. Estes textos legais e normativos asseguram a formação de professores indígenas em programas específicos e a docência por professores oriundos de sua própria comunidade. (HENRIQUES: 2007, p. 44).

O docente precisa desenvolver as capacidades: intelectual, afetiva, social, ética e política para se engajar no seu trabalho, ou seja, proporcionar meios para a formação de cidadãos críticos e reflexivos que transformem sua própria comunidade e sociedade, sejam competentes para interagir e integrar-se numa sociedade mais justa, sem perder sua identidade cultural.

1.3 Material Didático

A prática pedagógica demonstra que há uma grande necessidade de informar e formar professores no que diz respeito a elaboração e construção de material didático. Apresenta-se os conceitos, etapas e aspectos que envolvem a elaboração desse material. No senso comum, pode-se afirmar que material didático: é todo material que o professor pode recorrer para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Mas quando se reflete mais sobre o assunto e aprofunda-se nele, percebe-se a complexidade do mesmo, ou seja, existem critérios e objetivos a serem considerados ao pensar na produção de materiais didáticos para determinados contextos de aprendizagem. Assim, o material didático apresenta-se como um aliado, deve ter como finalidade auxiliar na construção do conhecimento e proporcionar uma aprendizagem significativa e contextualizada ao aluno. Como afirma Bandeira (2009): “O material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como material instrucional que se elabora com finalidade pedagógica.”

Apesar das definições se apresentarem de forma simples, percebe-se que os conceitos convergem para a definição de material didático como instrumentos que facilitem a ação pedagógica e a aprendizagem. Vilaça (2009), declara que material didático é: “... qualquer coisa que possa ser usado para facilitar a aprendizagem de uma língua.”

No que diz respeito às etapas que constituem a elaboração do material didático, encontra-se em Leffa (2007), que o ideal seria que essas etapas formassem um ciclo recursivo, reiniciado sempre após uma avaliação realizada. Dessa forma, o material didático estaria sempre renovado e adequado às necessidades dos alunos. Ainda de acordo com o autor, há quatro principais momentos a considerar no processo de elaboração do material didático. São eles:

- A Análise: o professor precisa fazer uma análise de necessidades dos alunos, sempre considerando seus conhecimentos prévios. O material deve estar adequado ao nível de conhecimento do aluno.
- O Desenvolvimento: é construído a partir dos objetivos formulados após a análise de necessidades. Nesta etapa, são definidos os conteúdos, a abordagem a ser empregada, a definição das atividades, os recursos e a questão da motivação.
- A Implementação: requer uma estratégia diferente, pois depende de quem a realizará. No caso do próprio professor, é intuitiva e tem a intervenção. Se for outro professor, haveria a necessidade de uma explicação prévia de como trabalhar com o material. Sendo um aluno sem a presença do professor, a situação se complica um pouco, pois surgem dois desafios a superar, o estabelecimento de contato entre os sujeitos e a tentativa de prever o que pode acontecer.
- A Avaliação: pode receber um tratamento mais informal ou formal dependendo da elaboração individual ou em conjunto respectivamente.

Quanto aos aspectos que norteiam a elaboração do material didático, são vários fatores que devem ser considerados, dentre eles: o conteúdo programático, os objetivos definidos, os aspectos culturais, ideológicos, econômicos e outros. Sobre o tipo de material a ser utilizado, Bandeira (2009) afirma:

[...] dependerá das condições de oferta e finalidade do curso, da proposta pedagógica, do rol de disciplinas, da duração e da carga horária, do público alvo, da combinação possível das tecnologias, etc. as possibilidades de combinação e interação entre os vários tipos de material didático e mídias deverão ser analisados durante a concepção do curso e antes da elaboração do material didático.

Diante dos aspectos explicitados, percebe-se a relevância do material didático na prática docente e sua contribuição para o aprendizado do aluno. A elaboração do material didático demanda reflexão e trabalho de todos os envolvidos no processo educativo. O trabalho em conjunto busca os resultados, que podem se apresentar mais benéficos e prazerosos, para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa partiu da preocupação com os resultados dos ‘materiais didáticos’ produzidos por professores que participam do Programa Saberes Indígenas na Escola. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e telematizada sobre as especificidades da educação escolar, estendeu-se ao Processo de Formação de Professores, a partir das Leis e Diretrizes de uma educação específica, diferenciada e bilíngue. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, concentra-se na análise dos aspectos sociais, crenças, valores e atitudes explicados pela Sociologia.

Foram analisados mais de (15) quinze trabalhos desenvolvidos por professores em formação de (07) sete etnias: (Tikuna, Kambeba, Kokama, Kixama, Yanomami, Mura, Miranha). Todos disponibilizados pela Coordenação do Programa. Os principais pontos da

análise foram: estrutura do material do didático; proposta didática; relação entre conhecimento tradicional e conhecimento científico. A partir da análise foram selecionados dois trabalhos, os quais foram as amostras para a apresentação visual no capítulo seguinte.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Programa Saberes Indígenas trabalha na Formação Continuada de Professores em diversos municípios no Estado do Amazonas, como: São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Manacapuru (Aldeia Tururukari-uka), Maraã, Japurá, Juruá, Tabatinga, Coari entre outros.

A formação é realizada em três etapas: 1. Alfabetização, Planejamento e Avaliação do cotidiano escolar; 2. Alfabetização e Letramento: História, Conceitos e Aspectos Linguísticos; 3. Numeramento: Alfabetização Matemática. Ocorre no período de 3 semanas. Isso, quando há recurso suficiente para tal atendimento.

Uma das problemáticas mais citadas pelos professores em formação, diz respeito à Formação de Professores na Educação Básica, o que compromete o rendimento nas formações seguintes, uma vez que, grande parte dos professores indígenas possui apenas o Nível Médio; em outros casos, influenciado pela localidade das aldeias, professores com formação básica em estágio de conclusão do Ensino Médio, e outros cursando o Ensino Fundamental, logo, esses concludentes chegam a Formação Continuada para Professores com o mínimo de conhecimento didático e quase nenhum científico.

A partir dessa reflexão, apresenta-se alguns trabalhos, denominados ‘materiais didáticos’, construídos por professores indígenas.

1 História da Curupira

Era uma vez um homem pescador. Um dia ele resolveu sair de sua casa para pescar peixe de seu alimento. Ele entrou no lago e começou a pescar. Pescou 3 peixes de caniço (uma vara de pau com um metro e meio (1,5 feito com uma corda e anzol). Enquanto o homem estava pescando perto de uma ponta de terra firme ouviu o barulho de uma fruta cair perto dele, mas ele não deu a mínima atenção a fruta, e como as frutas continuavam a cair percebeu que era alguma pessoa que estavam por perto dele que estavam jogando a fruta.

Quando ele olhou, era uma curupira, percebeu que era uma curupira feiticeira que estava jogando nele, jogando as frutas. Ele continuava olhando para a curupira. A curupira tem uma forma de uma mulher com o corpo coberto de pêlos, fazendo com que seu rosto não aparecesse e seus pés eram para trás. A curupira sentou, começou jogar sua corda para pegar o seu peixe mas a intenção da Curupira era mais pegar o homem e seu plano acabou dando certo. A curupira continuava jogar sua corda com o laço na água. O homem pensou, vou judiar dessa curupira. Entao, homem amarrou sua canoa e foi nadando pelo fundo da água para alcançar a corda da curupira. Quando o homem triscou na isca a curupira puxou a corda de cipó titica com o laço no braço do homem. A curupira puxou o homem para cima da tera e homem fingiu que estava morto, fazendo com que a curupira pensasse qe ele estava morto. A curupira disse tenho almoço, entao a curupira se afastou de perto do homem e quando ele percebeu, levantou e correu rapidamente para a água, escapando da curupira.

Como no trabalho anterior, o segundo texto não apresenta uma história sobre o qual o título infere, no referido título se tem a impressão de que o corpo do texto explana sobre o surgimento da prática de tecelagem do paneiro, em nenhum momento há uma conexão entre leitor e autor. O texto conta uma breve história de uma senhora que gostava de tecer seus utensílios. O que descaracteriza esse trabalho como didático, pois não apresenta, assim como no primeiro, elementos mínimos de um material, que possam contribuir com formação e construção de conhecimentos dos alunos, ainda que eles sejam indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ainda é um problema que afeta todo o Estado Brasileiro, principalmente o Amazonas, onde há um número significativo de indígenas. O acesso a aldeias e comunidades indígenas depende de uma logística específica, essa particularidade contribui para uma educação "fraca" e com poucos recursos para um atendimento adequado e satisfatório.

Nas escolas das comunidades indígenas uma pessoa pode iniciar as atividades numa escola como professor a partir da conclusão do 5º ou 9º ano do Ensino Fundamental, porque a maioria dos professores indígenas, em escolas de comunidades e aldeias indígenas, possuem apenas o Ensino Médio. Esse quadro é revertido aos poucos com a presença das Universidades: Federal e Estadual e Institutos Federais, em pontos estratégicos pelo Estado.

Desse modo, o pouco conhecimento sobre metodologias pedagógicas dos professores cursistas, do Curso de Formação Continuada do Programa de Ação Saberes Indígenas na Escola, deve-se a uma educação fragilizada que é executada há décadas e pouco foi feito para a resolução desses problemas.

Os textos apresentados nesse artigo são resultados de um trabalho intenso e cansativo de (60) sessenta horas. Muitos dos cursistas perguntam em que momento esses e outros materiais são disponibilizados para uso na escola. No formato em que é construído, atualmente, esses materiais são inviáveis tanto para confeccioná-los quanto denominá-los de material didático. Faz-se necessário uma proposta didática para que os professores cursistas tenham noção do uso de um material didático na sala de aula.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Denise. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. In: **CIFFONE, H. (ORG.). Curso de Materiais Didáticos para smartphone e tablet**. Curitiba, IESDE, 2009, p. 13-33. Disponível em: <http://www.2.videolivreria.com.br/pdfs/24136.pdf>. Acesso: 28.11.2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. MEC-CNE/CEB. Brasília-DF, 2012. <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/86/pdf>. Acesso: 28.11.17.

_____. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. SEF-MEC. Brasília-DF, 2002.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de Línguas e Educação Escolar Indígena no Brasil. In: **Educar em Revista**, núm. 32, julho-diciembre, UFPR, 2008.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. In: **Caderno SECAD 3**. MEC: Brasília-DF, 2007.

LEFFA, Vilson J. (Org.). **Produção de Materiais de ensino**: teoria e prática. 2 ed. rev. – Pelotas: Educat, 2007.
http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Producao_materiais_2ed_completo.pdf. Acesso: 28.11.17.

LUCIANO, Gersém José dos Santos Luciano. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 345-357, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso: 28.11.2017.

MORELLO, R. (2001). **A Língua Portuguesa pelo Brasil**: Diferença e Autoria. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010. Acesso: 28.11.17.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades e papéis. Duque de Caxias/RJ. In: **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. UNIGRANRIO, V. VIII, nº XXX, jul-set de 2009.<
<http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/issue/view/30>>. Acesso: 28.11.2017.